

Caminhos e limites da abordagem sociolinguística aplicada a fenômenos discursivos: o caso da variação entre os conectores “só que” e “mas”

Paths and limits of the sociolinguistic approach applied to discursive phenomena: the case of variation between the connectors “só que” and “mas”

Juliana Barbosa de Segadas Vianna*
Isabella Matos Rodrigues**

RESUMO

O artigo pretende discutir os desafios para a aplicação da metodologia da sociolinguística quantitativa para analisar fenômenos complexos e difíceis de se classificar em categorias discretas, como é o caso dos fenômenos discursivos. Para lidar com tais desafios, é necessário utilizar critérios claros e bem definidos na delimitação do envelope de variação, além de empreender análises qualitativas que identifiquem os condicionamentos que podem estar atuando no fenômeno em estudo (FREITAG, 2009; GORSKI; VALLE, 2016). Como pano de fundo, a discussão teórico-metodológica utiliza-se da pesquisa acerca do fenômeno de variação entre os conectores discursivos “mas” e “só que” na variedade de português de Nova Iguaçu (RJ). A pesquisa, desse modo, será apresentada em um viés qualitativo, servindo como exemplo empírico para a discussão teórico-metodológica do tratamento de

Recebido em 28 de fevereiro de 2025.

Aceito em 3 de junho de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n70.1473>

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jusegadas@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0146-8719>

** Universidade de São Paulo, isabellamatosrodrigues@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1077-1613>

variações discursivas sob o olhar da sociolinguística laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1994, 2003).

Palavras-chave: variação discursiva; sociolinguística quantitativa; reflexão teórico-metodológica, conectores discursivos.

ABSTRACT

The article aims to discuss the challenges in applying the methodology of quantitative sociolinguistics to analyze complex phenomena that are difficult to classify into discrete categories, such as discursive phenomena. To deal with such challenges, it is necessary to use clear and well defined criteria to delimit the variation envelope, in addition to undertaking qualitative analyzes that identify the conditioning factors that may be acting on the phenomenon under study. As a backdrop, the theoretical-methodological discussion relies on research on the phenomenon of variation between the discursive connectors “mas” and “só que” in the variety of Portuguese of Nova Iguaçu (RJ). The research, therefore, will be presented in a qualitative bias, serving as an empirical example for the theoretical and methodological discussion of the treatment of discursive variations from the perspective of Labovian sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1994, 2003).

Keywords: discursive variation; quantitative sociolinguistics; theoretical-methodological reflection; discursive connectors.

Introdução

Apesar de não se tratar de uma novidade dentro dos estudos variacionistas, a presença do aspecto discursivo ainda impõe dificuldades que demandam do pesquisador maior rigor metodológico, como apontam Gorski e Valle (2016). Diferentemente dos níveis gramaticais mais baixos, o nível discursivo exige uma análise multivariada que contemple a multifuncionalidade de seus itens. Ao lidar com a influência simultânea de diversos níveis de análise e diversos domínios comunicativos, necessita-se de mecanismos metodológicos objetivos (tanto quanto possível) que permitam estabelecer variáveis discursivas passíveis de serem operacionalizadas em análises quantitativas.

Diante dessas questões, o presente artigo pretende tratar dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa “Implementação do “só que” na fala espontânea de Nova Iguaçu”¹, discutindo as dificuldades de se formalizar questões discursivas sob escrutínio da metodologia tradicionalmente usada pela Sociolinguística Quantitativa. Além disso, pretende-se refletir sobre as escolhas empreendidas nesse percurso e possíveis consequências para os resultados encontrados na análise quantitativa dos dados

A pesquisa a ser abordada como exemplo estuda o fenômeno de variação entre o “só que” e o “mas” - duas estratégias alternantes entre si, ambos conectores adversativos com alto teor discursivo -, tomando o primeiro como fator de aplicação. Dessa maneira, investigam-se os condicionamentos linguísticos e sociais que impulsionam o uso da forma inovadora “só que” em dados de fala espontânea coletados na cidade de Nova Iguaçu. Abaixo, é possível observar a variação e a intercambialidade entre os conectores em um exemplo fictício:

(1) Brigadeiro vegano é igual ao brigadeiro normal *só que/ mas* sem leite condensado.

Ainda em andamento, a execução da pesquisa em questão mostrou-se uma tarefa trabalhosa, demorada e complexa. Apesar de nos basearmos em estudos semelhantes, deparamo-nos com o difícil trabalho de precisar, em grupos de fatores bem definidos, aspectos que não são facilmente categorizáveis de modo discreto, exigindo, em paralelo, uma análise qualitativa dos dados linguísticos.

1 O projeto “Implementação do só que na fala espontânea de Nova Iguaçu” (Bolsa PIBIC-CNPq, Processo 120343/2021-5) investigou os fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem a escolha pelo uso da forma inovadora “só que”, variante da forma “mas”, em dados de fala espontânea coletados na cidade de Nova Iguaçu. Baseando-se, principalmente, em estudos sociolinguísticos anteriores (SILVA, 2017; SANTOS JR; VIANNA, 2021; PEDRO, 2019) e estudos funcionalistas sobre os itens (LONGHIN, 2002; LONGHIN-THOMAZI, 2003, 2004).

A seguir, abordaremos melhor o conceito de variação discursiva, assim como os procedimentos essenciais para a adaptação da metodologia sociolinguística a níveis mais altos de análise linguística, a saber: (a) estabelecimento de critérios claros na delimitação do objeto de estudo e no desenho do envelope da variação; (b) a questão da frequência das ocorrências linguísticas para uso do programa computacional e (c) a necessidade de associação a uma teoria linguística que dê suporte explicativo à descrição. Por fim, apresentaremos o caso da pesquisa “Implementação do só que na fala espontânea de Nova Iguaçu”, explicitando as dificuldades encontradas e os critérios adotados para resolvê-las.

Esperamos que esse artigo contribua com o trabalho de pesquisadores interessados em investigar fenômenos discursivos em geral, utilizando-se do arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa. Ainda que os fenômenos possam divergir e apresentar diversas particularidades, algumas preocupações que apontamos serão recorrentes e exigirão reflexão e posicionamento do pesquisador. Ademais, pensando especificamente no fenômeno da variação entre os conectivos “só que” e “mas”, desejamos contribuir para os estudos futuros sobre o tema em outras variedades do português. Se o árduo trabalho que tivemos até aqui puder servir de degrau a outros estudiosos, já terá valido a pena.

1. Variação discursiva: definição do termo, conceitos relacionados e a importância da frequência para a utilização da metodologia sociolinguística

No escopo da Sociolinguística Variacionista, variação discursiva pode referir-se tanto a fenômenos variáveis de natureza discursiva — tais como marcadores de base textual/interacional, conectores de sequenciação de informações etc — quanto a condicionamentos discursivos que atuam sobre um determinado fenômeno variável sob observação — como gêneros textuais, sequências discursivas, escopo semântico/temático, por exemplo

(FREITAG, 2009; COELHO et al, 2015; GORSKI; VALLE, 2016, entre outros). No presente artigo, ainda que as duas acepções sejam usadas, o foco principal será em relação ao primeiro significado, ou seja, como fenômenos variáveis no nível do discurso podem ser alvo de investigação a partir da aplicação da metodologia variacionista.

Os primeiros trabalhos sistemáticos da Sociolinguística Laboviana, no entanto, eram voltados para níveis mais baixos, especialmente o fonético/fonológico (LABOV, 2008 [1972]). Nesses níveis, as variantes eram facilmente identificadas por meio do atendimento ao requisito de equivalência semântica: no nível fonético-fonológico as formas variantes são apenas distintivas, enquanto nos níveis morfológico e sintático, as formas já passam a ser portadoras de significado. Nesse sentido, em um nível que vai além do oracional, como é o discursivo, fatores de ordem semântico-pragmática entram em jogo, impossibilitando uma aplicação do critério da equivalência semântica para identificação das formas linguísticas em variação e exigindo uma revisão desse conceito. No plano discursivo, a ideia de “mesmo significado” entre as variantes não pode ser aplicada de um ponto de vista representacional/referencial. Em seu lugar, deve-se pensar na equivalência semântica como uma “comparabilidade funcional”, em que as formas/estruturas linguísticas, ainda que compartilhem uma mesma função, não compartilham necessariamente o mesmo significado (LAVANDERA, 1978). Segundo Camacho (2010),

Na realidade, a noção de equivalência semântica implicaria uma redução muito drástica da noção de significado referencial, se a sociolinguística insistisse em manter o princípio de que duas formas alternativas são variantes se representarem o mesmo significado no mesmo contexto de ocorrência. Em vez de operar com essa concepção extremamente limitada de significado, Lavandera (1978) propõem substituir o conceito de equivalência semântica pelo de comparabilidade funcional. (CAMACHO, 2010, p.151)

Assim, esse seria o primeiro pré-requisito para a investigação sociolinguística de um fenômeno discursivo: o alargamento da definição *stricto sensu* de variantes, que passaria da *rigidez* do critério da equivalência semântica (duas ou mais formas com o mesmo significado) para a maior *maleabilidade* do critério da comparabilidade funcional (duas ou mais formas que partilham a mesma função).

No caso do estudo da variação entre os conectores “só que” e “mas”, as variantes foram determinadas a partir da equivalência funcional: ambas funcionam, de modo mais amplo, como conectores adversativos, sequenciando e encadeando informações como operadores argumentativos. A equivalência funcional, porém, só pode ser aplicada em contextos determinados: contextos de quebra de expectativa. O “mas”, operador argumentativo por excelência, apresenta, para além da quebra de expectativa, ocorrências em diversos contextos, tais como contraste/oposição. O conector “só que”, entretanto, por se tratar de uma perífrase conjuncional gramaticalizada, apresenta um uso mais restrito — ainda que haja a possibilidade de expansão em seu uso (LONGHIN, 2002; PEDRO, 2019).

Entretanto, tal alargamento conceitual não é isento de problemas. Pode-se citar, por exemplo, a maior complexidade de se determinar o envelope da variação para fenômenos no nível do discurso. Posto que a maleabilidade do critério funcional não impõe fronteiras claramente definidas para caracterizar o fenômeno em estudo, cabe ao pesquisador o árduo trabalho qualitativo com vistas a estabelecer os critérios claros para a delimitação da variável, considerando as especificidades do objeto de estudo (FREITAG, 2009; GORSKI; VALLE, 2016). Voltaremos nesse ponto mais adiante.

Uma outra dificuldade no estudo de variações discursivas que merece ser apontada é o fato de variantes não fonológicas serem muito menos frequentes na fala espontânea, o que pode afetar no processo das análises quantitativas. Nos níveis linguísticos mais baixos, como o fonológico, o falante lança mão de um conjunto restrito de possibilidades linguísticas, que são previsíveis e recorrentes. Assim, fenômenos de variação fonético-

fonológica costumam apresentar alta frequência em amostras de fala como as que são organizadas dentro da metodologia da sociolinguística.

Por outro lado, nos níveis linguísticos mais altos como o discursivo, as estratégias não são previsíveis nem limitadas e estão muito mais suscetíveis à criatividade do falante, em função de motivações estilísticas. Sendo assim, nem sempre um fenômeno no nível do discurso apresenta repetição o bastante para suportar uma análise quantitativa (FREITAG, 2009). Esse é outro ponto nevrálgico para aqueles que desejam investigar fenômenos discursivos sob a ótica variacionista.

Tomando como exemplo o caso da variação entre o “só que” e o “mas”, observamos que o uso de conectores adversativos, no geral, tem uma frequência muito menor de uso do que, por exemplo, fones e fonemas. Em especial, a variante “só que” apresenta um uso muito menos comum e mais restrito do que a variante “mas”. Uma observação importante em relação à pesquisa em questão foi que nem todos os informantes da amostra de Nova Iguaçu utilizaram a variante “só que”, o que exigiu uma decisão metodológica já de largada: optamos por escolher apenas entrevistas que apresentaram a variação entre os conectores na expressão de quebra de expectativa.

No caso das amostras de fala organizadas em consonância com a orientação metodológica da sociolinguística, há uma grande preocupação em minimizar os efeitos do paradoxo do observador² (LABOV, 2008 [1972]). Nesse sentido, ainda que haja um roteiro de perguntas pré-estabelecido, não há um direcionamento específico para algum fenômeno. No caso da pesquisa em questão, menos ainda. Se pensarmos que a variação entre “só que” e “mas” surge em um contexto específico para a codificação da função de quebra de expectativa, é improvável que tal função (na qual as variantes linguísticas se

2 O paradoxo do observador (cf. LABOV, 2008 [1972], p. 244-245) diz respeito à contradição inerente à situação de entrevista: busca-se capturar o vernáculo do falante, isto é, a sua linguagem mais natural possível em uma situação de fala que não é natural e o levará a monitorar suas escolhas linguísticas.

manifestam) possa ser suscitada por alguma pergunta ou temática específica do roteiro que guia a coleta da entrevista (cf.XXXX, 2019).

2. A Variação discursiva “só que” vs. “mas”: entre a Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo voltado aos estudos de gramaticalização

De acordo com Gorski e Valle (2016), para lidar com a variação em níveis mais altos como o discursivo, a Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 2008 [1972]) deve vir combinada a uma teoria da gramática que seja baseada no uso e considere instâncias cognitivas e comunicativas da língua. Isso decorre porque em tais níveis, diferente do nível fonológico, a variação não pode ser analisada em perspectiva exclusivamente social, apenas por meio de relações de estigma e preconceito. Nesse sentido, o estudo da variação discursiva requer um suporte teórico que se some à Teoria da Variação e Mudança e ajude na interpretação quantitativa dos dados, para que se vá além da simples contagem de ocorrências, possibilitando também a análise qualitativa integrada (FREITAG, 2009). Cumprindo todos esses requisitos, entende-se que a abordagem funcionalista (como teoria auxiliar) seja a mais adequada no caso da variação entre “só que” e “mas”, uma vez que se trata de um fenômeno contínuo e gradual com a sobreposição de diversas camadas/funções dentro do espectro da chamada “quebra de expectativa”.

A perífrase conjuncional “só que”, conforme demonstra Longhin (2002), corresponde a uma forma mais inovadora (em relação à conjunção “mas”), formada a partir de um processo de gramaticalização. Longhin (2002) explicita como, a partir da perda de conjunções latinas, o português adota estratégias de formação de novas conjunções; entre elas, uma das estratégias mais produtivas era a combinação da partícula “que” com palavras de diferentes categorias, formando perífrases conjuncionais. Esse é o caso da perífrase conjuncional “só que”, que combina o operador de foco “só” com a partícula multifuncional “que”. Ao originar um novo elemento gramatical, a

forma gramaticalizada “só que” assume uma nova função, similar a uma das funções da conjunção “mas”, que é a veiculação da quebra de expectativa.

Partindo de pressupostos funcionalistas da gramaticalização (LEHMANN, 1982; HEINE; CLAUDI; HUNNEMEYER, 1991; HEINE, 1991), Longhin (2002) demonstra como o “só que” enquadra-se dentro dos critérios que estabelecem a gramaticalização, tornando-se um item fixo e cristalizado, com menos mobilidade sintática e, portanto, mais gramatical. De um modo geral, Longhin (2002) analisa como a forma gramaticalizada “só que” se estabelece como uma unidade indivisível no nível fonológico, morfossintático e semântico, apresentando novas características — tais como os nuances semânticos de quebra de expectativa e a posição sintática fixa na oração —, mas mantendo alguns traços de seus itens fonte: a função focalizadora e de marcação de quebra de expectativa proveniente do “só”.³

No caso do fenômeno discursivo abordado, é pertinente estabelecer um alinhamento teórico entre a teoria da variação e mudança e os estudos funcionalistas voltados para a gramaticalização (TAVARES, 2003; GORSKI; TAVARES, 2013). Tal abordagem, denominada sociofuncionalista⁴, é sintetizada brevemente nas palavras de Freitag (2009):

Resumidamente, na abordagem sociofuncionalista, as funções gramaticais são determinadas pelo uso. A gramática é emergente, sujeita a constantes mudanças decorrentes do uso dos falantes. E a existência de estágios de gramaticalização pressupõe que a estratificação/variação decorra do percurso de gramaticalização (FREITAG, 2009, p. 126)

-
- 3 No que diz respeito à partícula “que”, Longhin (2002) considera se tratar de uma conjunção integrante que se cristalizou na perífrase, perdendo transparência. Desse modo, na forma gramaticalizada não há uma contribuição funcional relevante deste item.
- 4 O rótulo sociofuncionalismo é bastante genérico e pode ser usado para diversos tipos de análise que aliam pressupostos teóricos e metodológicos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo linguístico.

Vejam os de maneira mais detida alguns pontos de aproximação entre as duas perspectivas teóricas, que possibilitam a conversa na diferença⁵. Em primeiro lugar, ambas as abordagens teóricas dedicam atenção especial ao estudo da mudança linguística e postulam que esse processo é gradual, contínuo e lento. Existe também concordância quanto à disseminação da mudança, que é considerada tanto no domínio linguístico quanto no social. A ênfase na relação entre a sociedade e os fenômenos linguísticos é evidente em ambos os quadros. Além disso, outro ponto de aproximação nas duas perspectivas teóricas diz respeito à importância dada à investigação da língua em uso – isto é, os fenômenos linguísticos em análise devem ser examinados em situações concretas de comunicação, nas quais interações entre falantes reais ocorrem.

Entre os aspectos nos quais os modelos teóricos mostram menor concordância, há aqueles que *possibilitam diálogo*, pois não são completamente distintos, e outros *incomunicáveis* por serem incompatíveis em essência (TAVARES, 2003; VIANNA, 2011). Como exemplo do primeiro caso, menciona-se a diferença existente entre as terminologias usadas em cada quadro teórico, como a definição de variantes linguísticas para a Sociolinguística e a definição de camadas para o Funcionalismo voltado aos estudos de gramaticalização. Para a Sociolinguística, tradicionalmente privilegia-se a manutenção do significado – mesmo valor de verdade (LABOV, 1978) – como exigência para o estabelecimento de um conjunto de variantes, ao passo que o princípio de estratificação (HOPPER, 1991) postula que é a equivalência no plano funcional que caracteriza as camadas constituintes de um mesmo domínio. A solução para se manter a *conversa teórica* seria o “afrouxamento” dos conceitos originais⁶, como explica Vianna (2011),

5 A discussão desenvolvida baseou-se no texto de Vianna (2011) que faz uma analogia da *conversa* entre teorias, com inspiração no *casamento teórico* proposto em Tavares (2003).

6 A este respeito, a seção 2 do presente artigo já discute a necessidade de substituição do critério tradicional de equivalência semântica (LABOV, 1978) pela “comparabilidade funcional” (LAVANDERA, 1978) na definição das formas variantes em estudo.

Nesse ponto, para que a proposta de estudo de interface avance, é necessário certo “afrouxamento” do conceito a partir do qual as formas variantes costumam ser normalmente agrupadas. Propõe-se o tratamento variável de formas que compartilhem funções discursivas. Ou seja, itens em relação de variação/estratificação podem ou não ter o mesmo significado, desde que exerçam a mesma função. (XXXX, 2011, p. 68-69)

Outro aspecto divergente, mas que ainda possibilita *intercomunicação* diz respeito aos objetos de estudo de cada teoria. Em linhas gerais, os estudos funcionais interessados em fenômenos da gramaticalização examinam uma única forma ou construção, buscando identificar os estágios de mudança ao longo de seu desenvolvimento, ou seja, suas fases evolutivas. Em contrapartida, as investigações de cunho variacionista concentram-se na heterogeneidade linguística, o que implica a análise simultânea de duas ou mais formas que se encontram em competição.

Contudo, é possível aproximar os focos de interesse dos estudos sociolinguísticos e dos estudos funcionalistas voltados à gramaticalização. Baseando-se no princípio de estratificação (HOPPER, 1991), sugere-se que novas camadas emergem continuamente dentro de um domínio funcional assumindo funções que eram, anteriormente, desenvolvidas por outros itens. Assim, se uma forma linguística passa a atuar em um novo domínio devido à gramaticalização, deve-se considerar que ela estará em relação de variação com outra(s) forma(s) que já atuava(m) neste domínio. Tavares (2003, p.90) afirma que “as inter-relações entre todas as camadas definem a trajetória geral do domínio e de cada elemento individualmente”. Dessa forma, pode-se entender que pesquisadores do Sociofuncionalismo (entendido aqui como a *conversa* entre o Funcionalismo voltado aos estudos de gramaticalização e a Sociolinguística laboviana) estudam diferentes formas linguísticas – chamadas *camadas* ou *variantes* – que coexistem, criando uma dinâmica de *variação/estratificação*.

Além disso, outro ponto de certa dissonância no diálogo entre as duas teorias diz respeito à própria interpretação do termo “mudança”. Para a

Sociolinguística laboviana, qualquer mudança pressupõe a existência anterior de variação, ou seja, a variação precede a mudança. A mudança se efetiva quando uma das formas em variação deixa de ser usada ou se especializa em um contexto específico. Em contraste, na perspectiva funcionalista, a mudança antecede a variação. O princípio de estratificação/*layering* – discutido por diversos autores como Hopper (1991) e Heine (2003) – prevê que novos estratos estão continuamente emergindo dentro de um mesmo domínio funcional. Quando um novo estrato emerge, os estratos mais antigos passam a coexistir com os novos, o que dá origem à variação. Apesar dessas diferenças, XXXX (2011) argumenta que tais divergências sobre a primazia da mudança ou da variação não são um obstáculo intransponível para a proposta Sociofuncionalista. Basta que se entenda o caráter cíclico de todo o processo de evolução das línguas humanas, em que tanto a variação quanto à mudança pode ser compreendida como o ponto de partida e de chegada (CASTILHO, 1997).

Apesar da análise das diferenças sugerir a possibilidade de alinhamento de conceitos e convergência de interpretações entre os quadros teóricos, há também questões que são intrinsecamente inconciliáveis. Por exemplo, para Hopper (1991), a gramática está em constante formação e nunca se estabelece completamente, enquanto Weinreich, Labov e Herzog (1968) veem a língua como um sistema de regras estruturais. Em outras palavras, o Funcionalismo vê a língua como um processo em contínua mutação, sendo dependente das circunstâncias de cada ato de comunicação, ao passo que a Sociolinguística laboviana define a língua como um sistema regido por regras (in)variáveis, elementos estruturais da competência linguística dos falantes. Assim, os dois quadros teóricos têm visões opostas sobre o papel da função e da estrutura na linguagem. Nesses casos, o pesquisador deverá determinar sua própria posição nesse diálogo teórico, pois é dessa perspectiva que conceitos são interpretados e modificados.

3. Delimitação do envelope de variação: problemas encontrados

Um dos primeiros movimentos para operacionalizar a pesquisa com fenômenos discursivos é a delimitação do envelope da variação. No intuito da construção desse entendimento, teceremos algumas considerações sobre cada uma das formas selecionadas.

A perífrase “só que” foi criada a partir de uma tendência linguística do português de combinar a partícula “que” com palavras de diferentes categorias, para formar elementos conjuncionais (LONGHIN, 2002). Trata-se, portanto, de uma conjunção que provém de um processo de gramaticalização. Tendo isso em vista, por mais que a perífrase “só que” concorra com o conector adversativo por excelência (“mas”), o item apresenta certas especificidades, típicas de elementos gramaticalizados, como, por exemplo, o uso sintático mais restrito e a preservação de certos aspectos semânticos de seus itens fonte.

Ao analisar os sentidos dos elementos constitutivos da perífrase, Longhin (2002) considera que o “só” transfere sua função focalizadora e a marcação de quebra de expectativa para o “só que”, o qual amplia esses sentidos em diversas variantes contextuais (as subfunções). Assim, os demais sentidos de “só”, apesar de algumas proximidades, não parecem ter sido preservados na perífrase, conforme indicam as análises de Longhin (2002). Já em relação ao “que”, Longhin (2002) conclui que ele representa uma conjunção integrante, cuja transparência foi perdida com a cristalização da perífrase.

Dado o que foi exposto, é possível compreender que o “só que” apresenta um uso muito mais restrito do que o “mas”, considerando a sua constituição e o fato de se tratar de um item gramaticalizado e, portanto, mais inovador.

Por outro lado, o “mas”, operador argumentativo por excelência, apresenta outras funções e usos⁷. Para entender o escopo em que o “mas” compete com o “só que”, recorremos à proposta de Lakoff (1971), que estabelece dois sentidos básicos para o “but” no inglês, com a intenção de explicar o funcionamento da conjunção. Nessa proposta, o contraste gerado pela conjunção pode ser devido a (i) uma oposição semântica ou a (ii) uma quebra de expectativa.

Na oposição semântica, o “mas” articula duas orações independentes, as quais, semanticamente, possuem um contraste. Em casos desse tipo, a posição das orações é intercambiável, sem que se sofra mudança de sentido.

Já na quebra de expectativa, o contraste é gerado a partir da atitude do falante e não pela oposição direta das orações. Em exemplos como esse, a ordem das orações não pode ser alterada, já que o contraste é feito por meio do cancelamento de pressuposições. Vejamos exemplos abaixo:

- (2) Mariana é rica, *mas* Paulo é pobre.
- (3) Mariana é rica, *mas* é honesta.

Em (2), temos um caso de oposição semântica, na qual as orações são independentes e semanticamente opostas. Já em (3), a segunda oração não se opõe diretamente ao fato expresso pela primeira. O que ocorre é a quebra de uma expectativa: a primeira oração por exemplo, pode gerar a pressuposição de que “pessoas ricas são desonestas”, porém a segunda oração cancela essa pressuposição, gerando um contraste.

Longhin (2002, p.138) defende que “todos os exemplos de *só que* podem ser explicados em termos da quebra de expectativa como cancelamento de pressuposição pragmática, tal como faz Lakoff para as ocorrências de

7 É importante mencionar que, para o intuito do trabalho, foram desconsiderados os usos em que o “mas” vem acompanhado de outros elementos, constituindo outra expressão, como, por exemplo, “mas também”, “mas sim” etc. Tal escolha se dá pelo fato dessas combinações expressarem, por conta das combinações de elementos, relações de sentido muito distintas da proposta apresentada.

mas”. A autora acredita que existe a possibilidade do “só que” ser utilizado em casos de oposição semântica, visto que a forma seria intercambiável pelo “mas” em exemplos como o apresentado em (2). Entretanto, em seu estudo, ela não atestou nenhum dado de “só que” de oposição semântica. Para a autora, inclusive, o uso do “só que” em oposição semântica seria pouco frequente e produtivo entre os falantes, por não apresentar a função principal do “só que”, que seria o cancelamento de pressuposições. Em nosso estudo, também não foram atestados dados de “só que” veiculando oposição semântica.

Tendo tais considerações em vista, gostaríamos de observar mais atentamente a possível intercambialidade entre “só que” e “mas” em dados como (2). Em nossa análise, mesmo que ambas as formas possam ser utilizadas nesse caso, parece haver uma ligeira diferença nas interpretações. O “só que” parece instigar uma leitura de cancelamento de pressuposição, mesmo que a sentença seja uma oposição semântica:

(2) Mariana é rica, *mas* Paulo é pobre

(2') Mariana é rica, *só que* Paulo é pobre.

É possível que no dado (2') a sentença parece adquirir uma interpretação ligada ao contexto, sugerindo uma pressuposição. A presença do “só que”, portanto, situa a frase dentro de um contexto hipotético em que Mariana e Paulo possuem uma relação, por exemplo, de casal. Nesse sentido, alguém poderia ter a pressuposição de que ambos são ricos, e a sentença quebraria tal expectativa.

Análises como essa corroboram a ideia de Longhin (2002) de que o cancelamento de pressuposição seria a principal função do “só que”.

Após uma breve análise das formas linguísticas, podemos observar que elas não concorrem em todos os contextos. Assim, no intuito de estabelecer o envelope de variação, o primeiro passo é restringir quais são os contextos linguístico-funcionais de disputa das formas variantes. No caso em análise, cabe destacar o recorte empreendido entre os usos de “mas”. Apesar de também apresentar ocorrências que expressam oposição

semântica, inclusão semântica ou marcação conversacional, a conjunção “mas” mostra-se intercambiável pelo “só que” somente nos casos em que funciona como articulador de quebra de expectativa (LONGHIN, 2002). A título de exemplificação, vejamos o trecho a seguir:

(4)

L: pai e mãe entendeu? eh/ eh/ eu já ouvi relatos assim em fila de/ de hospital em fila de banco do/ do filho dizer que/ enfrentar a mãe dizer que se ela batesse nele ele ia/ ia chamar:... o conselho tutelar pra ela...

D: NOSSA...

L: entendeu? porque assim eh/ pra você ver como é que eles tão abusado entendeu? **mas** por quê? porque infelizmente o governo se mete na criação dos nossos filhos... não nos dão NENHUM [AMPARO pra isso...

(dado 119, M2B)

No trecho, extraído de uma entrevista sociolinguística, é possível observar a interlocução entre Documentador (D) e Locutor (L), na qual a conjunção adversativa “mas” é usada em um contexto linguístico-funcional distinto da noção de quebra de expectativa: “(...) pra você ver como é que eles tão abusado entendeu? **mas** por quê? porque infelizmente o governo se mete na criação dos nossos filhos... (...)”. Nesta situação, a substituição pelo “só que” acarretaria agramaticalidade na sentença, o que ratifica a ideia de se tratar de um domínio funcional distinto, no qual a intercambialidade entre “mas” e “só que” se perde.

A partir deste exemplo, entende-se o motivo de a concepção de domínio funcional ser colocada como um elemento basilar para a análise da variação discursiva. A importância deste conceito é que nos conduz a reexaminar a segunda condição laboviana para o tratamento de um fenômeno variável, conforme discutido nas seções anteriores. Por “domínio funcional”, entende-se uma área da gramática com diferentes camadas, que expressam as mesmas funções ou funções muito semelhantes entre si, sendo algumas delas mais antigas e outras mais novas (HOPPER, 1991). Nas palavras de Gorski e Valle (2016),

O isolamento do contexto de variação traz à tona a questão da multifuncionalidade dos itens discursivos. Qual função devemos levar em conta para identificar a variável discursiva quando lidamos com itens multifuncionais? Görski et al. (2003) salientam que cada variável discursiva pode ser correlacionada a domínios funcionais específicos, configurando-se como um fenômeno superordenado e gradiente que envolve macrofunção > funções > subfunções, e que o recorte da variável pode se dar em cada um dos níveis dessa hierarquia funcional. (...) Nas situações em que os itens de um domínio funcional tomado como variável discursiva desempenham subfunções, estas são examinadas como variáveis independentes (ou interrelacionadas), de maneira a promover a identificação de particularidades contextuais relevantes. (GORSKI; VALLE, 2016, p. 88)

Assim, podemos compreender que a *conexão discursiva* abrange diversas macrofunções, sendo o *contraste* apenas uma delas. Dentro desta macrofunção, existem duas funções que se diferenciam: o contraste *por oposição* e o contraste *por quebra de expectativa*. É neste recorte específico da *quebra de expectativa* (e apenas nele), que se situa a variável sob investigação, na qual as formas linguísticas “mas” e “só que” são efetivamente comutáveis⁸. Indo mais fundo, como propõem Gorski et al (2003), é possível analisar a intercambialidade das formas em níveis subjacentes a tal função, cujas *subfunções* marcariam nuances de significado (cf. Longhin, 2002) dentro do significado básico da quebra de expectativa. O esquema a seguir ilustra a proposta:

8 É importante mencionar que, além das formas linguísticas “mas” e “só que”, outros conectivos poderiam ser considerados na articulação da quebra de expectativa (todavia, entretanto, no entanto etc.), mas não tem produtividade na língua oral, o que explica não serem considerados na análise do fenômeno.

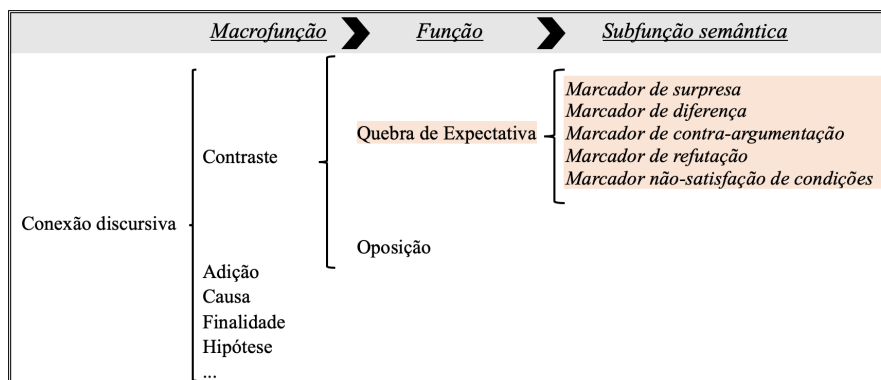


Figura 1: Esquema da superordenação de níveis da hierarquia funcional aplicada ao fenômeno em estudo (Fonte: elaboração própria)

Para fins de ilustração, a figura 1 demonstra a relação de supeordenação e englobamento entre macrofunção > função > subfunção, aplicadas ao fenômeno em estudo. A variação entre “mas” e “só que” ocorre unicamente na *função* de *quebra de expectativa*. Dessa forma, nos subníveis desta mesma função, a variação entre formas pode ser observada a partir de suas nuances de significado, podendo ser classificadas como marcadores de surpresa; de diferença; de contra-argumentação; de refutação e de não-satisfação de condições, na proposta de Longhin (2002).

Nesse sentido, Pichler (2010) destaca a importância de realizar uma análise sociolinguística de dois ou mais itens discursivos, ressaltando a necessidade de um estudo qualitativo preliminar para identificar claramente as funções do discurso e os elementos que concorrem dentro de um mesmo âmbito funcional, seja ele amplo ou restrito. A autora ainda enfatiza que critérios funcionais e formais podem ser utilizados para estabelecer essas variáveis, sublinhando a necessidade de consistência, por parte dos pesquisadores, na maneira de conceituar as partículas discursivas e a clara delimitação do contexto variável são aspectos cruciais para o êxito da investigação.

A seguir, esclarecemos cada uma das variáveis discursivas, levantando questões teóricas e dificuldades encontradas durante o procedimento de análise.

4. A questão das variáveis discursivas

4.1 Variável discursiva: subfunções semânticas

Para analisar o caráter semântico das variantes “só que” e “mas”, baseamo-nos nos trabalhos de Longhin (2002) e Longhin-Thomazi (2003, 2004).

Dentro da semântica básica de quebra de expectativa, mostra-se necessário detalhar ainda as sutilezas semânticas do “só que” e do “mas”, assim como as diferenças entre ambos. Partindo das considerações de Longhin-Thomazi (2003), é possível dizer que tanto o “só que” quanto o “mas” estabelecem uma relação de contraste e sustentam uma relação coesiva entre os segmentos autônomos que articulam. Entretanto, o “só que” parece ter uma característica própria que é a introdução de uma informação mais importante, geralmente nova no discurso (LONGHIN-THOMAZI, 2003). Tal característica seria algo que distinguiria o “só que” da variante “mas”, pelo que indicam pesquisas como Pedro (2019) e Santos Jr. e Vianna (2021), e que poderia decorrer do resquício da função focalizadora do item “só”.

Além desse sentido básico, o “só que” pode assumir várias acepções a depender de seu contexto de utilização e de condições contextuais. Longhin (2002) e Longhin-Thomazi (2003, 2004) estabelecem cinco diferentes acepções de sentido para o “só que”, que também podem ser aplicadas à variante “mas” no contexto especificado (quebra de expectativa).

Seguindo as considerações de Görski et al. (2003) acerca do tratamento da variação discursiva, consideramos que o fenômeno variável é gradiente e superordenado, por isso deve-se levar em conta os domínios funcionais a quais ele se relaciona, recortando-os para estabelecer variáveis. No caso da

pesquisa em questão, os domínios funcionais mais amplos como macrofunção (conexão adversativa) e função (articulação de quebra de expectativa) foram utilizados para estabelecer o envelope de variação da variável dependente, enquanto as subfunções (marcação de diferença, marcação de refutação, marcação de surpresa, marcação de contra-argumentação e marcação de não-satisfação de condições) foram agrupadas em uma variável independente.

Antes de nos aprofundarmos na tipologia de Longhin-Thomazi (2003), é preciso destacar a consideração da autora de que as categorias não são discretas, nem representam a totalidade de empregos possíveis de “só que”. Reside aí a principal dificuldade em se operacionalizar essa tipologia como uma variável independente, dentro de uma análise sociolinguística quantitativa. Tal fato exige que haja uma análise qualitativa minuciosa dos dados, anterior à análise estatística. O processo de classificação e codificação, nesse sentido, para além de operacionalizar os dados, serve para a reflexão teórica do tema. Os critérios e decisões tomadas durante a classificação indicam caminhos possíveis na realização da análise sociolinguística variacionista de um tópico discursivo que, além de trazer complexidades semântico-pragmáticas, também apresenta diferentes nuances de acordo com o uso. No caso do “só que”, Longhin (2002) considera que aspectos como a orientação argumentativa e a distribuição de informação influenciam nos nuances semânticos e na análise das subfunções.

O primeiro dos subtipos estabelecidos por Longhin-Thomazi (2003) é o “só que” marcador de diferença. Esse subtipo estabelece-se por meio de uma comparação de igualdade: o falante expõe as semelhanças entre dois elementos e, em seguida, desfaz as pressuposições criadas pela exposição de similaridades anterior. Há nesse processo, uma sequência de estratégias pragmáticas: (i) construção de um modelo a partir das similaridades; (ii) apontamento da diferença entre o modelo evocado e o que foi comunicado, por meio de uma informação nova, introduzida por “só que”; (iii) cancelamento de parte das expectativas dos interlocutores.

O cancelamento de pressuposições realizado pelo “só que” marcador de diferença pode ocorrer por meio do acréscimo, pela substituição ou pela exclusão de informações ao modelo.

Vejamus um exemplo de uso do “só que” e do “mas”, exercendo a subfunção de marcador de diferença:

(5) L: não... não tem objetivo de ser bom... ele tem o objetivo de retornar ao que sempre foi... um governo de/ de uma/ de uma minoria benefício em próprio país... ou seja não só recurso público como recurso de toda sociedade em prol de uma minoria... e é isso que ele tá fazendo... ele não tá fazendo nada diferente do que ele sempre fez... como que o Temer sempre representou... ele tá fazendo o que ele sempre fez... *só que* agora ele tá no governo né? ele tá comandando o governo... então... é mais do mesmo (dado 2, H2C)

(6) L: sim... o meu bairro é tranquilo... lembrando que... eh... em torno do meu bairros existem comunidades... né... comunidades que... infelizmente... com a pacificação lá do centro do rio... muitos:: muitos... vamos dizer assim... muitas pessoas ligadas ao tráfico... muitas pessoas ligadas à marginalidade... né... elas tomaram conta do entorno... né... e:: eu não posso responder por essa região... mas no meu bairro de rosa dos ventos nós temos sim segurança... principalmente porque quando eu fazia pós no centro da cidade... muitas vezes eu chegava quase uma hora da manhã em casa e a minha pós-graduação era presencial... segunda... terça e quarta-feira... né... e nesses dias eu nunca vi nenhuma irregularidade... pelo contrário... eh... não tinha ninguém na rua... parecia até cena de faroeste... né... *mas* sem nenhum... vamos dizer assim... sem nenhum caso... de violência... né... também não vou te dizer que não ocorreram... já ocorreu sim... tá? algumas pessoas JÁ foram mortas... né... próximo... mas isso já tem um tempo... um certo tempo... né (dado 136, H3A)

Em (5), observamos que o falante evoca um modelo ao falar sobre as ações do presidente Temer (“ele tá fazendo o que sempre fez”) para em seguida assinalar uma diferença (agora ele “está no governo”, assumindo o

cargo mais importante, que é a presidência). O acréscimo de tal informação indica-nos que há uma mudança no modelo de ações de Temer: embora sejam as mesmas, agora possuem maior impacto e poder. De modo similar, em (6) vemos a evocação de um modelo bastante presente no imaginário comum — as famosas cenas de filme de faroeste, em que, geralmente, vemos um duelo entre pistoleiros em um espaço árido e deserto — seguida pela marcação de uma diferença (“sem nenhum caso de violência”). Com essa marcação, o falante mantém algumas pressuposições do modelo, em especial o aspecto vazio e deserto do ambiente, mas exclui a informação de que há algum tipo de violência nesse cenário.

O segundo subtipo estabelecido por Longhin-Thomazi (2003) é o “só que” marcador de refutação. Tal marcador é usado para desmentir, negar ou contestar informações que foram dadas anteriormente, seja de modo explícito ou implícito; logo em seguida, é dada uma retificação ao oferecer uma nova informação tida como correta. Uma das principais características desse marcador é que ele instaura uma polifonia, já que qualquer negação implica que haja uma asserção anterior. O “só que” marcador de refutação, portanto, trabalha não só com uma enunciação explícita de negação, mas também com uma enunciação virtual de asserção, a qual ele se opõe. O cancelamento de pressuposições, nesse caso, realiza-se pelo conflito de vozes.

Vejam os exemplos desse subtipo:

(7) oh:: o senhor tá com infarti... tem que ir prá Rio Preto... que aqui num tem aparelhagem que precisa... ele me levou no hospital... na Santa Casa... aqui de Rio Preto... fiquei dez dia internado... cinco dia no CTI... ligado nos aparelho... aí depois eu fui pro quarto... fiquei em observação... aí:: me liberaram... vortei... prá trabalha fiquei u m tempo que eles me deram... trabalhei mais... resto do mês... aí eu vortei a senti mal de novo... **só que** aí já num era infarti.. aí já era... é:: é... uma veia entupida...⁹

9 Dado retirado de Longhin-Thomazi (2003, p. 146)

(8) D: você já notou alguma diferença na forma de falar das pessoas que você convive?

L: não... não... não... não sei/ não... há vários imi/imigrantes aqui na Baixada né?... então... nunca notei diferença porque sempre foi tão comum... tem muitos nordestinos... muitos... eh... muitos imigrantes do próprio estado do Rio de Janeiro... então... então nunca... sempre existiu muito intensamente... então não é uma coisa estranha de hoje

D: que tipos de/ de diferenças... assim... você... notou ne/nessas pessoas?

L: não... **mas** eu não notei diferença... (isso) sempre foi comum (dado 8, H3C)

Em (7), notamos que o “só que” é usado para refutar uma asserção implícita, que é pressuposta a partir da história que vem sendo contada pelo falante. Em outras palavras, considerando que o falante havia contado sobre um infarto anterior, ao dizer que passou mal novamente, fica implícito ao interlocutor a ideia de que se tratava de um novo infarto. O falante, então, nega a pressuposição criada, fornecendo a informação correta (tratava-se de uma “veia entupida”). Já em (8) vemos um dado interessante, em que o entrevistador, partindo do pressuposto de que há diferenças entre as pessoas de cada região, assume que o falante tenha notado essas diferenças durante a sua experiência com imigrantes. O falante, porém, por meio do “mas”, nega essa asserção dando uma retificação (ele nunca notou diferença entre as pessoas porque a existência de diferenças é algo cotidiano, já normalizado por ele).

O terceiro subtipo, chamado de “só que” marcador de surpresa, é usado para se referir a situações inesperadas e imprevistas. Para definir se uma situação se enquadra nessa descrição ou não, parte-se das expectativas e do padrão de normalidade tidos pelos interlocutores. Sendo assim, ele engloba tanto os casos em que não ocorreu aquilo que era previsível pelos interlocutores quanto os casos em que ocorreu algo que eles não esperavam.

A seguir, há exemplos:

(9) L: eu pratiquei futsal... e natação mas por pouco tempo... quando criança

D: uhum e você gostava? ou fazia isso pra agradar os pais ((risos))

L: eu gostava... eu gostava do futsal *só que* aí eu tive que sair por...pro/ por lesões... (dado 301, H1A)

(10) L: ninguém nunca/ porque ela era uma menina que ia pra igreja/ a mãe dela é da igreja... () assim ó/ a menina ia pra igreja a menina/ a menina: eh/ vivia muito bem conversava com todo mundo tava fazendo faculdade... e de uma hora pra outra a menina tirou a própria vida/ aí ninguém sabe porque... ninguém sabe na-da...

D1: uhum...

L: entendeu?... *mas* ela simplesmente tirou a vida dela... por quê? (dado 113, M2B)

No dado em (9), notamos que o “só que” introduz um acontecimento inesperado na história narrada pelo falante (um dos esportes praticados teve que ser abandonado por conta de lesões que o falante sofreu). Há, portanto, uma quebra de expectativa, uma mudança no rumo da narrativa, em razão de um fato imprevisível. Em (10), de modo similar, o suicídio de uma menina é colocado como um fato inesperado pelo falante, tendo em vista a vida que ela levava e o comportamento que exibia (“vivia bem”, “conversava com tudo mundo”).

Há, ainda, o “só que” marcador de contra-argumentação, que é baseado na Teoria da Argumentação de Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1976). Para essa teoria, a linguagem é usada com fins argumentativos, ou seja, a todo momento estaríamos tentando atuar e conseguir respostas (linguísticas ou não) de nossos interlocutores. A argumentação seria, então, a utilização de enunciados (argumentos) para justificar outros (conclusões), possuindo sempre uma orientação que indica como os enunciados devem ser interpretados. Além disso, a argumentatividade estaria expressa na própria gramática da língua, através de marcas linguísticas que evidenciam a orientação argumentativa — os conectores e operadores argumentativos,

que são geralmente elementos conjuncionais ou adverbiais. Usando como exemplo a análise de Ducrot sobre o operador argumentativo “mas”, Longhin-Thomazi (2003) explica como estruturas de contraste realizam a contra-argumentação ligando segmentos que são argumentos de conclusões opostas. Partindo de seus dados, a autora estipula 3 situações em que o “só que” realiza uma contra-argumentação: (i) locutor legitima certa conclusão e em seguida a rejeita com a conclusão contrária; (ii) conflito entre o julgamento do falante e a linha discursiva de determinado topos; (iii) argumentos que divergem da conclusão anterior. Abaixo, seguem alguns exemplos desse tipo de marcador:

(11) D1: mas eles gostam então?

L: gostam eles gostam de Nova Iguaçu eu também gosto né nasci e me criei aqui... eu nasci aqui eu mo/moro aqui há quarenta e cinco anos então assim eu gosto de Nova Iguaçu... *só que* assim não é porque é minha cidade que eu não/ não posso deixar de ver o que acontece (dado 57, M2B)

(12) D: e o atual presidente Michel Temer?

L: bom... aí é outra coisa... ele faz questão de forçar uma comunicação que ninguém entenda... talvez ele fale o português corretamente... *mas* faz se entender bem menos do que o Lula... se botar os dois pra se comunicar o Lula consegue se comunicar melhor do que o Michel Temer com todo português que ele tenha... essa é a diferença... um consegue se comunicar... o outro não (dado 14, H2C)

No dado em (11), notamos um caso de contra-argumentação semelhante ao descrito em (iii). Assim, vemos a falante levantar argumentos que apontam para conclusão de que ela gosta de Nova Iguaçu (“nasci aqui”, “moro aqui há quarenta e cinco anos”), porém, em seguida, ela levanta um argumento que contrasta com essa conclusão (“não posso deixar de ver o que acontece”, ou seja, reclamar e/ou apontar os problemas da cidade).

Em (12), temos um dado difícil de ser definido em apenas uma das situações estipuladas. Pode-se considerar que o falante esteja, implicitamente, tratando sobre a questão de “falar bem” o português, já que as perguntas

anteriores do entrevistador eram voltadas para a fala de figuras políticas, sob uma ótica dos dialetos e idioletos e a questão da gramática normativa. Nesse sentido, ao dizer que Temer “fala o português corretamente”, mas “se faz entender bem menos do que o Lula”, pode-se pensar que o falante esteja legitimando uma conclusão (Temer “fala bem” o português) para depois defender a conclusão contrária (Temer não “fala bem” o português), conforme descrito em (i). Sob essa lógica, observamos que cada uma das conclusões é baseada em um argumento diferente: a primeira é pautada em uma questão gramatical (Temer segue as regras da gramática normativa, por isso, fala “corretamente”, fala “bem” o português), já a segunda é pautada em uma questão comunicativa (Temer não se comunica de maneira clara e as pessoas não o entendem, logo, ele não fala “bem” o português). Analisando dentro desta perspectiva, seria possível dizer que o julgamento do locutor contrasta com um topos, conforme descrito em (ii), já que o senso comum geralmente associa o aspecto gramatical à ideia de “falar bem”. Desse modo, ao trazer uma conclusão que é pautada no aspecto comunicativo, o falante pode estar questionando a ideia de que “falar bem” é puramente uma questão de adequação à gramática normativa. Há, ainda, a possibilidade de se julgar que o segundo segmento não funciona como uma conclusão contrária (Temer não “fala bem” o português), mas simplesmente como um argumento que contrasta a conclusão anterior, como estipulado em (iii).

Qualquer que seja a situação exata, o dado em (12) claramente apresenta um caso de contra-argumentação, sendo codificado dessa maneira. Apesar de não influenciar no processo de classificação do dado, a discussão anterior demonstra os nuances semânticos e as complexidades presentes em variáveis discursivas, que exigem que cada dado seja analisado, refletido e discutido. É importante ressaltar que, em variáveis discursivas, o pesquisador deve considerar em suas reflexões não apenas a interpretação semântica do dado, mas também o contexto em que o dado se insere (qual era o tópico abordado, quais parecem ser os posicionamentos dos interlocutores sobre o

assunto, entre outras questões) e interpretações pragmáticas (pressuposições, implicaturas, informações implícitas, etc).

Mais adiante, trataremos melhor sobre as dificuldades de análise de variáveis discursivas, quando trouxermos exemplos problemáticos para a classificação.

Voltando-nos novamente à tipologia de Longhin-Thomazi (2003), há, por fim, um quinto subtipo: o “só que” marcador da não satisfação de condições. Nesses casos, há uma incompatibilidade entre o desejo de fazer/ser algo e o cumprimento das condições necessárias. Desse modo, há algum requisito essencial que não é satisfeito, o que impede a concretização do desejo do falante, realizando assim uma quebra nas expectativas do ouvinte.

Do ponto de vista argumentativo, a segunda proposição possui uma força argumentativa maior que a primeira, ocasionando um cancelamento das pressuposições:

(13) D: então LF... que que você acha do bairro e da cidade de Nova Iguaçu?

L: eu acho que é uma cidade boa pra se morar só que o que peca aqui é:: saneamento básico... acho a estrutura muito... não diria mal organizada mas acho que tem/tem condições de ter uma estrutura melhor *só que*:: a prefeitura não investe muito nisso pelo que eu vejo... entendeu? (dado 189, M2A)

(14) L: ((risos)) passando muito aperto ((risos)) que tem muita criança... muito aperto porque tão nascendo muita criança/... e outra coisa por que que o estado não libera ligadura dessas menina... que precisa? eu faço::... pré-natal na Novo Amor que é de risco e pelo particular... olha você vê muita menina nova mas que não/ não tem condições aí joga pros braço da mãe ou do pai que também não tem às vezes é três quatro filho aí fala assim “ah eu queria ligar” *mas* o estado ele não libera “ah não tem idade pra ligar” [...] (dado 349, M1A)

Em (13), temos um dado em que o “só que” introduz uma condição que não foi cumprida, impedindo que o desejo do falante se concretize. No caso em questão, a falante gostaria que a cidade tivesse uma estrutura de saneamento básico melhor, porém, isso não é possível porque uma condição (o investimento da prefeitura) não foi satisfeita. O mesmo ocorre no dado (14), em que o falante se coloca no lugar de outrem (no caso meninas e jovens interessadas na esterilização), expressando o desejo de realizar a ligadura tubária, porém, não tendo tal desejo realizado em função do não-cumprimento de uma das condições necessárias (a permissão do Estado). Nota-se que o marcador de não satisfação de condições possui muitas similaridades com outras subfunções, em especial, o marcador de contra-argumentação, que também apresenta contraste entre argumentos e a presença de informações implícitas e pressupostas. O que o diferencia do marcador de contra-argumentação parece ser justamente a presença do elemento específico da condição. Dadas as semelhanças entre os tipos de marcadores, é muito provável que haja dúvidas no momento de classificação dos dados. Considerando que o marcador de não satisfação de condições detém maior especificidade, é de se esperar que sua ocorrência seja mais restrita. O pesquisador deve, em razão disso, prestar atenção redobrada ao reconhecimento desse tipo de marcador, para que eles não sejam perdidos em uma classificação equivocada.

Após apresentarmos detalhadamente cada um dos subtipos, detendo-nos em dados, foi possível notar que o processo de codificação desta variável independente demanda do pesquisador bastante atenção e cuidado.

Conforme dito anteriormente, as propostas de Longhin (2002) e Longhin-Thomazi (2003, 2004) são de cunho funcionalista, sendo assim, não trabalham com categorias discretas, mas sim com categorias gradientes, considerando que há níveis de prototipicidade. À vista disso, frequentemente há dificuldade em enquadrar perfeitamente os dados de fala reais em apenas uma das categorias: há dados mais prototípicos, que se aproximam mais da definição da categoria e há dados menos prototípicos, com características que fogem da classificação ou se aproximam de várias categorias. Por trabalharmos

com dados de fala espontânea, nos deparamos com diversos casos em que a classificação se faz problemática, o que suscita muitas discussões relevantes no processo de análise. Nota-se, portanto, que a pesquisa, mesmo tentando uma abordagem quantitativa, exige também um trabalho teórico e uma análise qualitativa dos dados. Vejamos os casos a seguir:

(15) L: não... tá a mesma coisa... tá mais... tá mais exposto agora na mídia... **mas** tá a mesma coisa... sempre foi isso... só que tá mais exposto agora... só isso... tá piorando não... tá mais exposto... só isso (dado 1, H2C)

(16) D: como seus pais eram? rígidos... flexíveis?

L: não... nem uma coisa nem outra... pai () muda de nome... **mas**... é uma/ é a mesma coisa... muda só o formato da educação... mas não é/ pai não era mais rígido nem mais flexível do que é hoje... é a mesma coisa (dado 6, H2C)

Vimos no dado (6), aqui parcialmente reproduzido: “não tinha ninguém na rua... parecia até cena de faroeste... né... mas sem nenhum... vamos dizer assim... sem nenhum caso... de violência... né...”, um exemplo de marcador de diferença prototípico com a variante “mas”. Nele, o locutor evoca um modelo (a cena de um filme de faroeste), para logo em seguida, assinalar uma diferença: a cena que ela descreve, diferentemente dos filmes de faroeste, não possui violência.

Já em (15) e (16), representados acima, observamos casos em que há a marcação de uma diferença, mas ela não é introduzida pelo segmento com o elemento conjuncional. O falante parece realizar o inverso da operação estabelecida por Longhin-Thomazi (2003): primeiro é apresentada a diferença e depois um modelo é evocado (o modelo de que “é a mesma coisa”, a situação de que se fala é igual a um cenário já conhecido). Há também a possibilidade das variantes estarem assinalando uma semelhança ao invés de uma diferença: há uma comparação de igualdade na afirmação de que “tá a mesma coisa”/”tudo é a mesma coisa”.

Além disso, os dados também dão a impressão de que o falante refuta ou defende uma conclusão contrária àquela que foi apresentada pelo documentador na pergunta, o que também aproxima o dado da marcação de refutação ou de contra-argumentação.

Vistas as complexidades desses dados, nota-se a dificuldade de classificação e de codificação dentro deste trabalho. Em dados problemáticos como esses, cabe ao pesquisador analisar os elementos mais proeminentes, definindo os critérios que guiarão suas escolhas no processo de classificação. No caso dos dados (15) e (16), optamos por classificá-los como marcadores de diferença, por evidentemente trabalharem com as noções de modelo e apontamento de uma diferença. Apesar da classificação ser categórica na codificação do dado, é preciso fazer apontamentos qualitativos para indicar que há especificidades que os distinguem de outros dados.

Uma observação importante é que, especificamente na entrevista em que os dados (15) e (16) se encontram, há uma recorrência de construções assinalando semelhanças, assim como respostas que contrariam as pressuposições e opiniões das perguntas do entrevistador. Tal fato pode indicar que se trata de uma postura mais singular do falante.

Outra dificuldade encontrada ao nos confrontarmos com os dados foi a linha tênue que, em muitos casos, separa a marcação de refutação da marcação de contra-argumentação, nos termos de Longhin-Thomazi (2003), principalmente em contextos de negação (seja explícita ou implícita), como é possível notar abaixo:

(17) D: não imagina assim um/ um lugar por exemplo? que poderia...

L: posso falar que no... que no Maranhão se fala me/melhor o português... *mas*... não tenho noção disso... que eu nunca fui ao Maranhão (dado 11, H2C)

Em (17), o informante está respondendo se ele acredita que há lugares que falem um “português melhor”. Ao afirmar que “no Maranhão se fala

melhor”, e logo em seguida dizer que “não tem noção” sobre o assunto, já que ele nunca foi para lá, o falante apresenta conclusões contrárias, podendo ser enquadrado como um marcador de contra-argumentação. Por outro lado, quando o falante diz que “não tem noção disso, que eu nunca fui ao Maranhão” pode-se considerar que há a refutação de uma informação anterior implícita (a pressuposição de que ele conhece o Maranhão e o português de lá). Sob essa interpretação, o dado pode ser classificado como um marcador de refutação. Em nossa classificação, optamos por considerar o dado como marcador de contra-argumentação, já que o segmento articulado pela conjunção parece fugir um pouco do tópico anterior, representando melhor uma conclusão contrária do que uma negação direta do segmento anterior.

4.2 Variável semântica: Transitividade verbal (HALLIDAY, 1985)

A variável transitividade verbal é baseada na classificação de Halliday (1985), que caracteriza a semântica e os processos cognitivos expressos pelos verbos nas línguas.

Tal classificação insere-se dentro da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF), uma teoria de descrição gramatical baseada no uso (GOUVEIA, 2009). Diferentemente de outras teorias funcionalistas, a LSF considera em suas análises tanto a estrutura quanto as funções da língua, de modo simultâneo (GOUVEIA, 2009). Desse modo, a LSF preocupa-se em descrever como o sistema gramatical pode apresentar variações em seu uso, a depender dos contextos, dos falantes, e consequentemente, das necessidades sociais e comunicativas que se impõem em cada caso (GOUVEIA, 2009).

Um dos fundamentos principais da teoria é o de que os falantes empreendem escolhas léxico-gramaticais nas situações comunicativas, com o intuito de alcançar seus objetivos discursivos (REMPEL, 2017). Esse destaque à escolha de formas linguísticas estabelece um ponto de contato com a Teoria de Variação e Mudança linguística. Na medida em que a LSF oferece

instrumentos de descrição bastante úteis para a análise de textos e para análise do discurso, mostra-se interessante, em estudos de fenômenos discursivos, utilizar tipologias desse arcabouço teórico como variáveis independentes.

Em nossa pesquisa, baseando-nos em um outro estudo sociolinguístico sobre a variação entre o “só que” e o “mas” (SANTOS JR; VIANNA, 2021), selecionamos a variável transitividade verbal, incluindo como fatores os processos semânticos dos verbos estabelecidos por Halliday (1985) em sua tipologia. Considerando que a variação discursiva analisada parece ter muitas nuances e influências semânticas, mostra-se interessante verificar se o tipo semântico do verbo influencia na implementação das variantes.

Para entendermos melhor a tipologia de Halliday (1985), é necessária uma pequena contextualização sobre o arcabouço teórico. Na LSF, a transitividade verbal é vista como um sistema, o qual é enquadrado dentro da metafunção¹⁰ ideacional da linguagem, cujo propósito é compreender o meio (REMPEL, 2017). Dentro da metafunção ideacional, a transitividade verbal enquadra-se ainda dentro de uma subfunção, chamada de experiencial, que é responsável pelas representações de mundo e experiências, tendo como objeto de análise a oração. Sendo assim, dentro desse arcabouço, a transitividade verbal funciona como uma espécie de organização da experiência, na qual é possível identificar um conjunto de tipos de processos. De acordo com a tipologia de Halliday (1985), os processos (em outras palavras, os verbos) podem ser divididos em seis tipos semânticos a depender da experiência que representam: (i) os processos materiais, (ii) mentais e (iii) relacionais, que são tidos como os três tipos principais; e (iv) os processos comportamentais, (v) verbais e (vi) existenciais, considerados secundários, por estarem nas fronteiras dos processos principais (REMPEL, 2017; FUZER; CABRAL, 2014). A seguir, definiremos cada tipo de processo:

10 Segundo a LSF, as metafunções representam as redes independentes que correspondem às funções da linguagem, sendo separadas em textual, interpessoal e ideacional. Cada uma das metafunções passa por todos os níveis de realização da linguagem (REMPEL, 2017).

Tipo de processo	Definição	Exemplo
Processos materiais	Designam ações e processos que desencadeiam mudanças externas; são processos transformativos/criativos	Fazer, construir, transformar, quebrar, etc...
Processos mentais	Designam processos cognitivos e de percepção do mundo	Perceber, sentir, querer, ver, etc...
Processos relacionais	Designam relações entre entidades, geralmente representando características	Ser, estar, ter, etc...
Processos comportamentais	Designam comportamentos e atividades fisiológicas/psicológicas humanas	Rir, chorar, tossir, piscar, dormir, etc...
Processos verbais	Designam atividades do comunicar/dizer	Dizer, responder, aconselhar, contar, etc...
Processos existenciais	Designam a existência ou o acontecimento de algo; contam com um único participante	Haver, existir, etc...

Quadro 4. Tipos de processo: transitividade verbal. Fonte: Elaboração própria.

Novamente, nesta variável, há dificuldades na aplicação de uma tipologia discreta, já que estamos trabalhando com dados de fala espontânea. Alguns exemplos de dados problemáticos são os casos em que há a presença de locuções verbais ou expressões cristalizadas. Em tais casos, nem sempre a semântica da expressão verbal está transparente, dificultando seu enquadramento na classificação de Halliday (1985). Vejamos alguns exemplos:

(18) L: = sim é assim “o que que eles têm na cabeça?” será que eles acreditam mesmo que um dia os Estados Unidos vai criar uma Elysium... né onde eles/ todos eles que têm DINHEIRO... meu... vão pra lá entendeu? e vão/ e vão/ será que eles p/ será que eles pensam de verdade nisso?... não é nem misturando o lad/ o lado eh/ o lado cristão [não... entendeu... apesar de eu ser entendeu?... **mas** um dia a gente *vai ter que prestar conta* de tudo isso aqui... de tudo que nós fizemos aqui entendeu... (dado 91, M2B)

Em (18), a falante utiliza uma locução verbal formada pela expressão cristalizada “prestar conta”. Desse modo, além de estar inserida dentro de uma locução modalizadora (“vai ter que”), a presença da expressão cristalizada impõe a dificuldade de definição e classificação do processo que ela representa. Tendo em vista que tal expressão tem o sentido de dar explicações ou informações sobre algo pelo qual se é responsável, optou-se por classificar tal processo como verbal.

(19)

L: entendeu? porque assim eh/ pra você ver como é que eles tão abusado entendeu? mas por quê? porque infelizmente o governo se mete na criação dos nossos filhos... não nos dão NENHUM AMPARO pra isso... =

D: uhum...

L: = **mas se metem** nas/ na criação dos nossos filhos e ti/ acabam tirando um pouco da [nossa autoridade...

(dado 120, M2B)

Em (19), observamos o uso do verbo “meter”. Por possuir um escopo semântico muito amplo (com diferentes significados) e ser de uso frequente na fala coloquial, a classificação do verbo “meter” dentro da tipologia de Halliday (1985) torna-se complexa. No caso em questão, o verbo parece possuir o significado de “intrometer-se” ou de “entrar onde não é chamado”, referindo-se ao sujeito “o governo”. Encontramos, porém, uma dificuldade quando notamos que a ocorrência tem uma espécie de sentido figurado. É evidente que o governo não “entra” ou “se intromete” de modo literal na

criação dos filhos das pessoas, mas ele realiza ações (como por exemplo, a implantação de leis) que têm impactos nessa questão. O aspecto conotativo no uso do verbo pode gerar dúvidas no momento da classificação. Após uma reflexão, entretanto, é possível estabelecer que se trata de um processo material, na medida em que é transformativo e ocasiona mudanças externas no mundo.

4.3 Variável discursiva: sequências tipológicas (MARCUSCHI, 2008)

Outra variável de nível discursivo estabelecida na pesquisa foi a classificação de sequências tipológicas, seguindo as propostas de Marcuschi (2008). Segundo este autor, as sequências tipológicas funcionam como operações retóricas, correspondendo aos modos textuais que compõem os textos. No que diz respeito a esse grupo de fatores, trabalhamos, assim como Pedro (2019), apenas com as sequências narrativa, descritiva e argumentativa/expositiva.

A seguir, apresentam-se as principais características de cada sequência tipológica, inspirado na proposta de Cavalcante (2012):

Sequência tipológica	Características
Sequência narrativa	Tem o intuito de prender a atenção do leitor. Baseia-se no relato e seleção de fatos. O desenvolvimento da história geralmente envolve transformações, partindo de uma situação de equilíbrio para uma tensão e por fim, ao desfecho.
Sequência descritiva	Tem o objetivo de caracterizar pessoas e objetos. Apresenta predomínio de formas nominais e adjetivos e a ausência de ações
Sequência argumentativa	Tem o objetivo de legitimar um ponto de vista. Os argumentos vão sendo anunciados gradativamente, orientando-se para a conclusão desejada

Quadro 5. Definições das sequências tipológicas. Fonte: Elaboração própria.

A escolha de englobar a sequência expositiva de modo conjunto à sequência argumentativa foi motivada pelo fato de, nos dados observados, a distinção entre a exposição de fatos e a expressão de opiniões/pontos de vista não ser muito nítida. Por conta disso, aderimos à mesma classificação de Pedro (2019), que seleciona no grupo de fator sequência tipológica apenas as três sequências apresentadas acima.

Com essa variável, pretende-se averiguar se a organização retórica/textual do discurso exerce influência no processo de escolha das variantes, já que se trata de um fenômeno variável discursivo.

Nossa hipótese, baseada em Pedro (2019), era de que sequências tipológicas tipicamente empregadas em situações mais informais, tal como a narrativa, poderiam favorecer a variante mais inovadora, o “só que”. A associação entre a narrativa e a linguagem informal, como explica Labov (1972), deve-se ao fato de discursos com maior carga emotiva — como por exemplo as narrativas, que geralmente relatam experiências pessoais — gerarem menos monitoramento na fala e maior uso de linguagem espontânea.

Por outro lado, descrições e argumentações tendem a um uso maior da linguagem formal: no primeiro caso, busca-se atingir uma objetividade; já no segundo caso, intenta-se persuadir e convencer o leitor de sua tese (PEDRO, 2019).

Cabe salientar que Marcuschi (2008) considera que textos podem apresentar diversas sequências tipológicas, inclusive mescladas em diferentes trechos. Dada essa dificuldade, é preciso uma análise minuciosa para classificar qual sequência tipológica é mais predominante em cada trecho. Abaixo, retomamos o dado (16), aqui renumerado como (20), para exemplificarmos a complexidade da análise da sequência tipológica:

(20)

D: como seus pais eram? rígidos... flexíveis?

L: não... nem uma coisa nem outra... pai () muda de nome... *mas*... é uma/ é a mesma coisa... muda só o formato da educação... mas não é/ pai não era mais rígido nem mais flexível do que é hoje... é a mesma coisa

(dado 7, H2C)

É possível observar que há uma presença significativa da sequência descritiva, quando o informante utiliza-se de adjetivos para comparar os pais de antigamente em relação aos de hoje. Entretanto, essa descrição parece estar sendo utilizada para defender o ponto de vista do locutor de que “os pais continuam a mesma coisa”. Há, portanto, uma sequência descritiva mesclada à sequência argumentativa. Nesse caso, optamos por classificar o dado como descritivo, visto que predominam adjetivos em detrimento aos conectivos e relações lógicas.

Considerações Finais

Tomando como exemplificação a investigação sobre o fenômeno de variação entre os conectores adversativos “mas” e “só que”, foram discutidas diversas questões importantes no que concerne à aplicação da metodologia da sociolinguística variacionista para fenômenos discursivos.

Entre elas, podemos destacar: (i) a adaptação (ou alargamento) de conceitos como o envelope de variação; (ii) a necessidade de abarcar outros arcabouços teóricos mais voltados para o discurso; (iii) a importância de se compreender as teorias distintas para trabalhá-las de modo conjunto, estabelecendo pontos de contato e identificando as diferenças “inconvertíveis” (TAVARES, 2003); (iv) os obstáculos que fenômenos discursivos impõem para uma análise quantitativa tais como, a questão da frequência das variantes; a formulação de variáveis e categorias discretas a partir de classificações que são gradientes e não são facilmente delimitáveis; a dificuldade de se codificar os dados sem uma análise qualitativa crítica que, ao mesmo tempo que deve

identificar as particularidades e diferenças de cada dado, deve definir critérios para garantir uma classificação padronizada.

O que podemos concluir, tendo em vista o que foi imposto, é que o trabalho com fenômenos discursivos, dentro da abordagem sociolinguística, envolve todo um trabalho teórico-metodológico prévio, antes que se consiga chegar a resultados quantitativos.

Referências Bibliográficas

ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. Langages, Paris, v. 42, p. 5-27, 1976.

CAMACHO, R. G. Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolinguística. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 26, p. 141-162, 2010.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. Estudos linguísticos e literários, Salvador, v. 19, p. 25-64, 1997.

CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, I. L. et al. Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.

FREITAG, R. M. K. Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos. Matranga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 115-132, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matranga/article/view/27799/19920>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GÖRSKI, E. M. et al. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras: FAPERJ, 2003, p. 106-122.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. *Revista do Gelne*, Caicó, v. 15, n. 1/2, p. 75- 97, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9411/6765>.

Acesso em: 23 fev. 2025.

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. M. Variação discursiva: procedimentos metodológicos para a delimitação do envelope de variação. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GORSKI, E. M. (Orgs.). Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos. 1ed. São Paulo: Blucher, 2016, v. 1, p. 79-99. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/variacao-discursiva-19932/> Acesso em: 20 jan. 2025.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. An Introduction to Functional Grammar. Londres: Eward Arnold, 1985.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. Grammaticalization: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (eds.). The Handbook of Historical Linguistics. Oxford, Blackwell, 2003. p. 575-601.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. vol.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. p. 17-35.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, W. Where Does the Linguistic Variable Stop? A Response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics*, n. 44, 1978.

LABOV, W. Some Sociolinguistic Principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Eds.). *Sociolinguistics: The Essential Readings*. Massachusetts: Blackwell, 2003. p. 235-250.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LAKOFF, R. Ifs And's and But's about conjunction. In: FILLMORE, C., LANGENDOEN, D. (Eds.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p. 114-149.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop?. *Language in Society*, Cambridge, n.7, p.171-182, 1978.

LEHMANN, C. Thoughts on Grammaticalization. *LINCOM Studies in Theoretical Linguistics*, München-Newcastle, v. 1, 1982.

LONGHIN, S. R. A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’. 2002. 217p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade de Campinas, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/280444> Acesso em: 13 dez. 2024.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. A gramaticalização da perífrase conjuncional “só que”. *Estudos Linguísticos (São Paulo)*, v. 33, p. 232 - 237, 2004.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. A perífrase conjuncional “só que”: invariância e variantes. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 47, n. 2, p.139-152, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4246/3841> Acesso em: 12 jan. 2025.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEDRO, F. L. F. S. O uso dos conectores adversativos “mas” e “só que” na fala do natalense em entrevistas sociolinguísticas: foco na variação discursiva. 2019. 111p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28224> Acesso em: 17 jan. 2025.

PICHLER, H. Methods in discourse variation analysis: reflections on the way forward. *Journal of Sociolinguistics*, Hoboken, v. 14, n. 5, p. 581-608, 2010.

REMPEL, G. Um estudo sobre concepções de transitividade no funcionalismo norte-americano de Hopper e Thompson e na Linguística Sistêmico Funcional. *Entretextos*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 7-27, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/29810/23675> Acesso em: 22 jan. 2025.

VIANNA, J. B. S. **Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português**. 2011. 235f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS JR, R. S.; VIANNA, J. B. S. A alternância entre "mas" e "só que" nas variedades de português brasileiro de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 50, n. 2, p. 893-911, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2960/1976>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SILVA, L. F. F. A perífrase conjuncional “só que”: gramaticalização e variação linguística. 2017. 111p. Dissertação (Mestrado em Linguística teórica e descritiva) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RMSA-ALSQFU> Acesso em: 07 fev. 2025.

TAVARES, M. A. T. A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação da retroativa-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista. 2003. 286p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras/ UFSC, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84869> Acesso em: 03 jan. 2025.

VIANNA, J. B. S. O português falado em Nova Iguaçu: proposta de constituição de uma amostra de língua oral. **LaborHistórico**, v. 5, n. Especial 1, 2019, p. 39-63. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/25359/15879>. Acesso em: 12 jan. 2025.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].